

GESTÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

UNIVERSITY SPORT MANAGEMENT: THE CASE OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF VIÇOSA

Ebio Viana Meneses Neto, Mestre

<https://orcid.org/0000-0002-0909-1784>

ebio.neto@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa | Programa de Pós-Graduação em Administração
Viçosa | Minas Gerais | Brasil

Carlos Eduardo Artiaga Paula, Doutor

<https://orcid.org/0000-0001-6927-9239>

carlosartiaga@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa | IHP – Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Viçosa | Minas Gerais | Brasil

Recebido em 06/dezembro/2022

Aprovado em 09/fevereiro/2023

Publicado em 09/junho/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Esta obra está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso.

RESUMO

O estudo objetivou analisar a percepção dos praticantes de atividades esportivas sobre a gestão do esporte da Universidade Federal de Viçosa, a luz do contexto histórico, do processo de gestão dos atores públicos, dos financiamentos e das atividades competitivas, recreativas e educacionais. Para este trabalho foram distribuídos 82 questionários entre a comunidade acadêmica para coleta de dados primários e ainda foi feita pesquisa documental como dado secundário. Para análise dos dados utilizou-se de estatística descritiva para tratar as questões objetivas e as questões abertas foram interpretadas a partir de Análise de Conteúdo, usando o software de análise lexical Iramuteq. Foi possível observar a UFV dispõe de atividades e projetos esportivos para a sua comunidade acadêmica, viabilizando também o espaço físico para a prática esportiva. Os respondentes consideram a UFV pouco transparente, mas em contrapartida não utilizam suas cadeiras nos colegiados. Por fim, os respondentes consideram a gestão do esporte da UFV regular, com pontos positivos e negativos. O trabalho contribui para discussões acerca da gestão na Administração Pública trazendo contribuições teóricas sobre o esporte universitário, sobre o planejamento institucional de uma Universidade Pública e sobre a participação da comunidade acadêmica no processo de controle social. O presente artigo se apresenta ainda como um importante trabalho empírico que visa descrever a gestão do esporte universitário a partir da percepção dos praticantes esportivos, trazendo características da autonomia universitária.

Palavras-chave: Esporte Universitário. Gestão Universitária. Associações Atléticas Acadêmicas.

ABSTRACT

The study aimed to analyze the perception of practitioners of sports activities on the management of sport at the Federal University of Viçosa, in the light of the historical context, the management process of public actors, funding and competitive, recreational and educational activities. For this work, 82 questionnaires were distributed among the academic community to collect primary data and documental research was also carried out as secondary data. For data analysis, descriptive statistics were used to address objective questions and open questions were interpreted from Content Analysis, using the Iramuteq lexical analysis software. It was possible to observe that UFV has sports activities and projects for its academic community, also providing the physical space for sports. Respondents consider the UFV not very transparent, but on the other hand, they do not use their seats in the collegiate bodies. Finally, respondents consider UFV's sport management to be regular, with positive and negative points. The work contributes to discussions about management in Public Administration by bringing theoretical contributions on university sports, on the institutional planning of a Public University and on the participation of the academic community in the process of social control. This article also presents itself as an important empirical work that aims to describe the management of university sports from the perception of sports practitioners, bringing characteristics of university autonomy.

Keywords: University Sport. University Management. Academic Athletic Associations.

1 INTRODUÇÃO

O termo “esporte” surge em meados do século XIV quando marinheiros utilizavam a palavra para realizar atividades físicas quando “saíam do porto” (TUBINO, 1992), contudo, o sentido da palavra foi mudando ao longo dos anos. Na Inglaterra, por exemplo, o vocábulo *sport* tem o sentido de “divertimento”, assim como desporto em Portugal (COLAÇO; FLECK, 2009). Já no Brasil, o esporte é entendido como uma manifestação da cultura física, compreendendo, por exemplo, a dança e a recreação, e se fundamentando na educação física (TUBINO, 1992).

Por ser um fenômeno sociocultural presente nas mais variadas sociedades ao redor do planeta (GALATTI et al., 2018), o esporte apresenta-se em um contexto evolutivo a partir da união das diferentes culturas presentes nessas sociedades, ou seja, praticantes e consumidores esportivos (toda entidade e/ou pessoa associada à temática esportiva) de certa forma fazem parte da diversificação e ascensão do sistema esportivo (MORGAN; SUMMERS, 2008; VANCE et al., 2015; GALATTI et al., 2018).

Pimenta e Honorato (2010) afirmam que o esporte está presente na vida dos indivíduos desde muito cedo, assim como ocorre com a preferência por determinadas comidas, com o tipo de vestuário, com a língua ou com a religião. Não obstante, traz incorporado às práticas esportivas as atividades do campo social, contemplando a união de instituições, praticantes, espectadores, professores, jornalistas, entre outros (BOURDIEU, 1983), todos envolvidos com a manifestação esportiva.

O direito ao esporte no Brasil acontece verdadeiramente após a Constituição Federal de 1988, através do capítulo III do artigo 207: “É dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não-formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988). Entretanto, foi a Lei Pelé, de 24 de março de 1998 que reconheceu as manifestações esportivas em três vertentes (educacional, de participação e de rendimento) e ampliou o que se entende por práticas esportivas (TUBINO, 1992; BRASIL, 1993). Ainda, foi incluído ao texto em 2015 o desporto de formação, através da Lei nº 13.155, que visa “promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição” (BRASIL, 1998).

A prática esportiva é direito do cidadão previsto em lei, mas ela acontece de fato? Pimenta e Honorato (2010) acreditam que esta é uma afirmação perigosa. No âmbito escolar, por exemplo, manifestações esportivas como a ginástica e o atletismo foram sendo renegadas

à medida que o futsal, handebol, voleibol e basquetebol tiveram participação massiva nas aulas de Educação Física e isso de fato apresenta-se como um problema.

Da Silveira Santos et al. (2016), em sua pesquisa sobre motivação para práticas esportivas entre adolescentes do 3º ano do ensino médio, descobriram que a introdução de novos esportes auxilia para o desenvolvimento de novas habilidades destes estudantes. Estes mesmos autores destacaram ainda que o foco dos alunos não é a competição e nem a profissionalização, mas a maioria dos adolescentes procuram o bem-estar social e a qualidade de vida. Esses estudantes, por consequência, num âmbito geral, são os futuros ingressantes ao sistema de ensino universitário e, portanto, poderão ser os futuros usuários do esporte nas universidades.

O esporte universitário, que também é um fenômeno sociocultural, não obstante, no contexto pedagógico superior, se envolve com atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esta tríade, segundo Gonçalves (2015), está associada às ações desenvolvidas com o objetivo de fomentar as atividades de pesquisa dentro das universidades (pesquisa), às atividades voltadas ao aprendizado dos alunos (ensino) e às ações abertas a participação da população, visando a troca de informações e atividades entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil (extensão).

Malagutti et al. (2020) afirma que o esporte universitário se apresenta como manifestações esportivas para atender ao público das Instituições de Ensino Superior. Neste sentido, tem-se o esporte universitário de rendimento, organizado para que os estudantes participem de campeonatos; o esporte universitário de participação, praticado voluntariamente, para recreação ou para desenvolvimento social; e o esporte universitário educacional, que está relacionado às questões acadêmicas (DA COSTA, 2005).

O segmento esporte universitário brasileiro possui praticantes esportivos de diversas modalidades, nas quais se destacam basquetebol, futsal, handebol e voleibol, nas modalidades feminino e masculino (MALAGUTTI et al., 2020), mas em virtude da falta de profissionalização dos gestores e ainda os poucos investimentos advindos do Estado, trouxeram como resultados competições com pouco público, desorganizadas e que a mídia trata com desinteresse (STAREPRAVO et al., 2010; MAZZEI; BASTOS, 2012; BARBOSA, 2017).

Na Universidade Federal de Viçosa (UFV), instituição com o *campus* sede situado na Zona da Mata Mineira, com 14337 alunos matriculados, o esporte está vinculado à Divisão de Esportes e Lazer (UFVb, 2020). A gestão do esporte universitário da UFV é compartilhada

com a Associação Atlética LUVE (representa a instituição em competições) e com mais nove Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's), que fazem parte da Liga Atlética Acadêmica, que são: Monetária, Engenharia, Humanas, Exatas, Medicina, Direito, Educação Física, Biológicas e Agrárias (UFVc, 2020).

Diante do exposto, o presente projeto visa responder a seguinte questão de pesquisa: qual a percepção dos praticantes esportivos sobre a gestão do esporte universitário na Universidade Federal de Viçosa em seu *campus* sede?

De forma geral, o presente estudo visa descrever a gestão do esporte universitário da Universidade Federal de Viçosa, *campus* sede, a partir da percepção dos praticantes esportivos. Mais especificamente: (1) Identificar os estudantes praticantes esportivos da UFV; (2) Mapear as atividades esportivas ofertadas e os projetos esportivos existentes na UFV; (3) Analisar a viabilidade dos espaços físicos para prática esportiva na UFV; (4) Analisar da gestão do esporte na UFV.

O interesse para esta pesquisa parte da necessidade de entender características do esporte universitário, de forma que explorar essa vertente permite produzir técnico-cientificamente políticas de desenvolvimento em gestão universitária, desde o desempenho nos gastos públicos, até as estratégias adotadas pelos gestores. Além disso, a pesquisa contribuirá especificamente para um maior conhecimento na temática esporte universitário e as condições gerenciais desta. A estrutura que segue o presente artigo se divide em Revisão de Literatura, Método, Resultados e Discussões, Considerações Finais e Referências.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ESPORTE UNIVERSITÁRIO

2.1.1 Delineamento sobre a história do esporte universitário

O esporte universitário brasileiro se inicia na mesma época das primeiras manifestações do esporte em instituições de ensino superior. As competições universitárias foram estaduais e a partir de 1916 passaram a ser interestaduais, mas especificamente entre São Paulo e Rio de Janeiro (DA COSTA, 2005; STAREPRAVO et al., 2010; BARBOSA, 2017).

As primeiras federações universitárias foram criadas por volta dos anos 30, no Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que em 1935 realizou-se a primeira Olimpíada Universitária do Brasil. Em 9 de agosto de 1939 se concretizou a fundação da Confederação Brasileira do

Desporto Universitário (CBDU), órgão máximo do esporte universitário (STAREPRAVO et al., 2010).

Nesta época, esporte universitário brasileiro era organizado pelas próprias instituições de ensino, através, principalmente, de associações universitárias (DE CAMARGO; MEZZADRI, 2018). Neste contexto, buscando uma maior profissionalização das atividades esportivas no âmbito estudantil, as organizações esportivas universitárias passaram a alavancar suas políticas visando o apoio estatal, alcançando diversos outros centros estudantis do território brasileiro, principalmente em função do futebol, modalidade em ascensão nos anos 30 (DE CAMARGO; MEZZADRI, 2018).

Entretanto, essas organizações estudantis não possuíam uma gestão que representasse oficialmente o interesse de todas as associações universitárias envolvidas nos eventos esportivos, em virtude principalmente por ter sido “um período mundialmente marcado pela utilização do esporte como instrumento de propaganda político-ideológica” (DE CAMARGO; MEZZADRI, 2018, p.56) e, também por isso, os órgãos públicos não reconheciam essas associações como responsáveis pelo desenvolvimento do esporte universitário (DE CAMARGO; MEZZADRI, 2018).

Foi a partir da criação da CBDU, na década de 40, que o Governo Federal construiu sua política de intervenção nas instituições responsáveis por gerenciar as atividades de esporte nas universidades, buscando, neste sentido, reorganizar a estrutura do esporte universitário brasileiro (STAREPRAVO et al., 2010). Diante deste cenário, representantes do Ministério do Esporte relacionaram-se com importantes membros gestores do esporte universitário, a fim de conseguir maioria participativa nas eleições da CBDU (STAREPRAVO et al., 2010).

Em 1941 o esporte universitário passou a sofrer intervenção mais efetiva do Estado, da mesma forma as manifestações esportivas no Brasil. Nesta época foram sancionadas as primeiras leis relacionadas ao esporte universitário, sendo que permanecerão até a Constituição Federal de 1988. O Decreto-Lei 3.617 que envolve toda essa temática entrou em vigor a partir de 15 de setembro de 1941 (STAREPRAVO et al., 2010; MALAGUTTI et al., 2020).

O Decreto-Lei 3.617/41 aparece como forma de ratificar legalmente o esporte universitário brasileiro, através da criação de uma Confederação Nacional, responsável pelas diretrizes e também pelo estabelecimento de Federações Universitárias Estaduais (FUEs) (Malagutti et al., 2020). A Lei contemplava ainda a criação de Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's) que são associações responsáveis pela gestão do esporte universitário e

também a legalização dos Jogos Universitários Brasileiros (JUB's) como competição oficial do esporte universitário brasileiro (STAREPRAVO et al., 2010).

Mesmo após a interferência do Estado no esporte universitário, contudo, a mídia continuava a se mostrar não interessada por esse tipo de manifestação esportiva (DE CAMARGO; MEZZADRI, 2018), o que torna o esporte universitário não atrativo, freando sua expansão e prejudicando a forma de geri-lo (STAREPRAVO et al., 2010). Dito isso, Starepravo et al. (2010) e Malagutti et al. (2020) afirmam que somente na década de 80 o esporte universitário passou a ter mudanças em sua gestão.

Após a Constituição Federal de 1988, foram realizados eventos esportivos universitários, mas as dificuldades de outrora permaneceram: restrição orçamentária, falta de uma gestão profissional, restrições de espaço físico (STAREPRAVO et al., 2010). Práticas amadoras de gestão quase extinguiu o esporte universitário que, naquela época, se preocupava ainda com o crescimento do neoliberalismo no Brasil, que objetivava diminuir recursos da máquina estatal, que era o principal financiador do esporte universitário (MALAGUTTI et al., 2020).

Já no ano de 2004, após a criação do Ministério do Esporte e Turismo em 1995, novas expectativas cercaram a gestão do esporte universitário. O novo governo desmembrou o Turismo, criando em 2003 o Ministério do Turismo e também, efetivou o Ministério do Esporte, estando o esporte pela primeira vez em sua história sob os interesses de um Ministério, sendo gerido pelo Ministro Agnelo Santos Queiroz Filho (STAREPRAVO et al., 2010).

Dentro da pasta do Ministério dos Esportes, por sua vez, foi criada a divisão do Esporte Universitário. O objetivo do Governo Federal era o de intervir ativamente nas instituições, buscando reorganizar a estrutura do esporte universitário brasileiro. De fato, o governo federal vinculou a CBDU ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), visando viabilizar a captação de recursos que já estava prevista na lei n. 10.264, de 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Agnelo/ Piva, reestruturando assim o modelo de financiamento do esporte universitário, a partir do qual empresas privadas se isentam de impostos por investir no esporte universitário (BRASIL, 2001; STAREPRAVO et al., 2010; MALAGUTTI et al., 2020).

Em 2019 o Ministério do Esporte foi extinto, sendo criada uma Secretaria Especial do Esporte, que está vinculada ao Ministério da Cidadania (Ordonhes et al., 2019). Por ser recente, os impactos da extinção ainda carecem de pesquisas científicas. Entretanto, algumas

considerações tem sido desenvolvidas por autores, como a pesquisa de De Sousa et al. (2019) que dizem sobre a extinção do Ministério do Esporte:

ao analisar os resultados apresentados, chama atenção o fato dos *tweets* serem majoritariamente contrários à exclusão do ME. Tendo em vista que aos serem coletados não foram selecionados apenas os *tweets* contrários ou favoráveis, esperávamos que fossem encontrados ambos os posicionamentos, no entanto isso não foi identificado.

Ordonhes et al. (2019) em seu trabalho sobre o fim do Ministério do Esporte, apresenta resultados em consonância com os de De Sousa et al. (2019), nele, através das análises das interações na rede social *twitter*, afirma que as opiniões referentes ao “fim” do Ministério do Esporte concentraram-se, majoritariamente, em comentários negativos.

Através de um recorte histórico, percebe-se o quanto muda o entendimento estatal sobre a relevância do esporte universitário dado a especificidade política de cada época. Assim, entender a gestão deste trará conteúdo distinto à história, mas em contrapartida complementar.

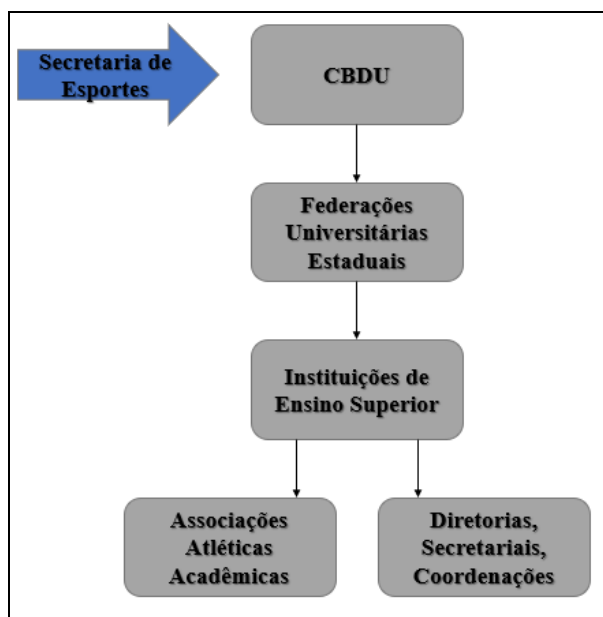
2.1.2 A gestão do esporte universitário

As universidades possuem modelos esportivos dispostos de forma diferente da tradicional, tendo, por exemplo, a participação e o auxílio das associações atléticas e ligas esportivas na gestão do esporte, parte das atividades oferecidas são recreativas, que estão associadas ao esporte enquanto indutor de participação e educação (eventos, festas, corridas festivas) e outras são de rendimento, que estão associadas às competições (STAREPRAVO et al., 2010).

Segundo Barbosa (2017), a gestão do esporte nas universidades acontece de forma compartilhada, ou seja, as associações atléticas acadêmicas trabalham em conjunto com a gestores dessas instituições. Em consonância e complementando, Mazzei e Bastos (2012) dizem que cabe às associações atléticas, compostas por discentes, planejar e executar o esporte dentro da universidade, além de levar a demanda da comunidade acadêmica para os gestores. Aos gestores cabe coordenar a área esportiva da IES.

Nesse sentido, entender as diferentes estruturas organizacionais contribuirá para o desenvolvimento do esporte universitário (MALAGUTTI et al., 2020). A figura 1 abaixo apresenta-se como forma de conhecer a estrutura do esporte universitário brasileiro.

Figura 1 Estrutura do Esporte Universitário



Fonte: Barbosa (2017) adaptado pelo autor

Em 2020 o esporte universitário brasileiro segue o organograma da figura 1, sendo ainda organizado pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU) e esta é a entidade responsável pela gestão do esporte universitário, organização de competições e representação nacional e internacional do esporte universitário brasileiro (STAREPRAVO et al., 2010; CBDU, 2021).

Abaixo da CBDU ainda estão as Federações Universitárias Estaduais (FUEs), responsáveis pela atuação como gestoras e organizadoras do esporte universitário em seus respectivos estados. Ao longo da última década, a CBDU buscou trabalhar em parceria com as 27 Federações Universitárias Estaduais (FUEs). Em seu site oficial, a CBDU diz que se verifica o crescimento, o desenvolvimento e o fortalecimento dos Jogos Universitários Estaduais e de suas respectivas Federações (CBDU, 2021):

durante esses anos, a CBDU em parceria com as Federações, utilizou algumas ferramentas para avaliar o desenvolvimento do esporte universitário por todo o Brasil. O resultado aponta para um aumento na quantidade de participantes e, principalmente, o estabelecimento de calendários para o esporte universitário no âmbito estadual.

As FUE's foram criadas principalmente para que as instituições tenham acessos às Leis de Incentivo Estaduais e as parcerias entre o ente público estadual e o municipal (CBDU, 2021). Dentre as parcerias de financiamento estão os Correios e o Banco Itaú, que foi patrocinador do esporte universitário por 8 anos (CBDU, 2021).

Em conformidade com o que disse Mazzei e Bastos (2012) e Barbosa (2017), Starepravo et al. (2010) e Malagutti et al. (2020) afirmam que as Associações Atléticas Acadêmicas e Ligas Universitárias são formadas para desenvolver o esporte universitário em conjunto com os gestores universitários, que fazem parte das Diretorias, Secretarias e Coordenações. Complementam ainda que outro fator preponderante à gestão do esporte universitário é a presença da Secretaria de Esporte como parte do Ministério da Cidadania (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020).

Segundo Malagutti et al. (2020), as Associações Atléticas Acadêmicas (AAA's) são organizações acadêmicas que foram criadas com o objetivo de desenvolver atividades esportivas entre os alunos de forma mais organizada e competitiva. Essas organizações se estabeleceram durante as décadas de 30 e 40, com o objetivo de fugir dos ideais políticos da época. Para Starepravo et al. (2010), as Ligas Universitárias, porém, são formadas com o objetivo central de desenvolver o esporte universitário, através de práticas de rendimento, ascendendo suas atividades em competições espalhadas no território brasileiro.

Percebe-se, portanto, que o processo gerencial do esporte universitário sofre mudanças de acordo com o momento histórico e também em relação ao contexto particular de cada organização, seja ela esportiva, como a CBDU, ou não, como uma Universidade. Assim, para possuir mais entendimento sobre gestão, é válido salientar as formas do esporte universitário.

2.1.3 Esporte universitário: recreação, atividade extracurricular ou esporte de rendimento

De forma geral, existe uma dificuldade em caracterizar o esporte nas universidades, de forma que a função do esporte universitário esteja atrelada à particularidade da instituição, como acontece, por exemplo, na diferenciação entre universidades públicas e privadas (MALAGUTTI et al., 2020). Barbosa (2017) corrobora com esta questão e afirma que existem universidades que desenvolvem políticas esportivas tanto para atividades extracurriculares, quanto para recreação, através da assistência estudantil.

Já Belato et al. (2019, p.12), ao estudar o caso da UnB, afirma que o esporte de rendimento também aparece em conjunto com as ações citadas por Barbosa (2017) e Malagutti et al. (2020): “além de estimular a participação em competições, o programa busca propiciar o desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para a sua formação acadêmica e cidadã”.

De Assis Pereira e da Silva (2019) perceberam que estudantes justificavam a prática esportiva como forma de crescimento pessoal e profissional, de forma que atrelado a isso esteja a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida, dando ao esporte uma concepção de “válvula de escape”. Esta passagem está em consonância com o que os alunos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) identificaram a partir da obrigatoriedade da Educação Física como disciplina na grade curricular dos cursos da UFOP, de forma que a atividade física regular influencia para uma vida saudável e de qualidade durante a vida acadêmica (ZANATTA, 2018).

Em contrapartida, Malagutti et al. (2020, p.14) afirma ainda que “as organizações oficiais do esporte universitário brasileiro visam a realização tradicional do esporte em suas competições”. Barbosa (2014, p.33) acredita que “Esporte Universitário de Rendimento por ser um segmento que apreende maior visibilidade, integração de alunos entre outras universidades e possuir maior interesse dos universitários por competições”.

Sobre o objeto de estudo deste trabalho, a Universidade Federal de Viçosa, destaca-se de 2012 a 2016 o Programa Segundo Tempo, que disponibilizou bolsas de incentivo às atividades de esporte não competitivo (atividade extracurricular). Ainda, como destaques, pode-se ainda citar: o Projeto Segunda Opção, com atividades de lazer nas 4 Pilastras do *Campus* UFV-Viçosa, e o Programa de Esporte e Lazer nas cidades como atividade de extensão.

2.2 O ESPORTE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Tecendo momentos históricos do Esporte na Universidade Federal de Viçosa

Antes de trazer luz aos dizeres sobre momentos históricos do esporte universitário na Universidade Federal de Viçosa, é imprescindível, mesmo que brevemente, abordar o contexto em que a UFV está inserida.

A Universidade Federal de Viçosa foi inaugurada em 1926, intitulada nesta época como Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV). Em 1927, começaram as atividades de ensino com os cursos de ensino fundamental e médio, sendo em 1928 o ano de criação do Curso Superior de Agricultura. Em 1932, foi a vez do Curso Superior de Veterinária (UFVc, 2021).

Buscando desenvolver a Escola, o Governo do Estado uniu as Escolas Superiores de Agricultura, Veterinária, Ciências Domésticas e Especialização (Pós-Graduação) e, ainda, o

Serviço de Experimentação e Pesquisa e o Serviço de Extensão. Desta união, surgiu a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG). Assim, após disseminação do nome da Instituição em todo território nacional, mais precisamente em julho de 1969, a UREMG passou a ser nomeada Universidade Federal de Viçosa - UFV (UFVc, 2021).

Dito isso, a pesquisa de Zeferino (2010) sobre as trajetórias de mulheres no esporte da UFV na década de 70 traz algumas características históricas sobre o esporte na UFV na visão de mulheres esportistas. Dentre os resultados, a autora identificou que entre os anos de 1950 e 1970 o voleibol era o esporte mais praticado pelas mulheres na UFV, por também ser a prática esportiva mais incentivada nas escolas mineiras (ZEFERINO, 2010).

A memória afetiva das mulheres esportistas da década de 70 associam-se principalmente à Praça de Esportes da ESAV, local onde era realizado os treinos para as competições, à Liga Universitária Viçosense de Esportes/LUVE, aos Jogos Universitários de Viçosa/JUV's, às Agronomíadas e ao Jogos Universitários Brasileiros/JUB's (ZEFERINO, 2010).

Outro aspecto importante destacado por Zeferino (2010), foi o Decreto-Lei 69.450, de 1971. Este decreto legislou sobre a obrigatoriedade da prática em Educação Física em todos os níveis da educação brasileira, dando enfoque ao aprimoramento das forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais. Neste sentido, em acordo com o Governo Militar da época, a UFV focou em medidas administrativas, entre as quais estavam a contratação de professores de educação física, tornando a UFV polo esportivo universitário em Minas Gerais (ZEFERINO, 2010). Fato desta passagem, é a declaração feita pela Federação Universitária Mineira de Esportes (FUME), elogiando atletas e comissão técnica da UFV durante o campeonato universitário estadual (ZEFERINO, 2010).

Passando por este recorte histórico, a partir de um limbo temporal de 40 anos, a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional, de 2012 à 2017, a gestão da UFV informa que os estudantes têm oportunidade de participar de diversas modalidades, em virtude principalmente do desenvolvimento em espaço físico.

Várias são as modalidades praticadas na UFV: “futebol, judô, natação, peteca, tênis, ginástica olímpica, levantamento de peso, basquete, capoeira, vôlei, futebol de salão, handebol, rúgbi e outras” (UFVd, 2012, p.49). Ainda, existem ações focadas na promoção de saúde e qualidade de vida para servidores, oferecendo atividades envolvendo: “natação, hidroginástica, torneios de futebol entre servidores, ginástica, futebol, caminhada orientada e ginástica terapêutica, entre outras” (UFVd, 2012, p.49).

Foi possível observar através do Plano de Desenvolvimento Institucional (2018-2023) da UFV que no *Campus* UFV-Viçosa foram “criados o Espaço de Convivência, o Campo Society e a Academia Aberta e foram reformadas as quadras do Departamento de Educação Física e as localizadas ao lado do Alojamento Pós” (UFV, 2018, p.42).

O esporte da UFV está vinculado à Pró Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), por meio da Divisão de Esportes e Lazer (DLZ), da qual recebe subsídios para manutenção de suas atividades. Os subsídios são distribuídos a partir do Orçamento, que em contrapartida está vinculado à Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO) (UFVb, 2020).

3 MÉTODO

3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

O estudo teve natureza mista (quantitativa e qualitativa). Segundo Paranhos et al. (2016), ainda que diferentes, as duas perspectivas não se excluem. As pesquisas de natureza mista ou quantitativa caracterizam-se por aproveitar as vantagens e considerar as limitações de cada técnica e aproveitar da complementaridade para explorar o objeto do estudo (Paranhos et al., 2016).

Optou-se pela técnica mista tendo em vista que a pesquisa pretende abarcar duas fases:

- a. a fase quantitativa, na qual pretende-se realizar uma análise demográfica sobre os praticantes esportivos da UFV, a partir das informações recolhidas nos questionários distribuídos e nos dados secundários (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, Processos SEI, Portal da Transparência, entre outros).
- b. Já a fase qualitativa busca, a partir de questões abertas do questionário, entender a percepção dos praticantes esportivos sobre a gestão do esporte na UFV

3.2 LOCAL DE ESTUDO, POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM

O trabalho foi desenvolvido na Universidade Federal de Viçosa (UFV), no seu *campus* sede em Viçosa-MG. A população do estudo engloba os praticantes esportivos da UFV. A amostragem foi calculada utilizando-se a estratégia de amostragem não probabilística intencional (ou por julgamento).

Este tipo de critério, usado em pesquisas não matemáticas, propicia que as amostras sejam selecionadas conforme os critérios do autor, que possam estar associados ao problema da pesquisa, ou aos métodos de observação e análise, podendo ser por acessibilidade, em que

os elementos são escolhidos pela facilidade do acesso ou por tipicidade, que os elementos são escolhidos pela representatividade da população-alvo (VERGARA, 2006).

3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados teve como base dados primários e secundários. Os dados primários serão coletados por meio de questionário e os dados secundários foram coletados no site institucional, no Portal da Transparência, em processos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Visando abarcar uma maior quantidade de respondentes e reduzir os custos da pesquisa, os dados foram coletados todos no formato remoto. Os questionários foram disponibilizados em grupos de Whatsapp, que possuem relação com movimentos esportivos universitários e também através de e-mails. As perguntas do Questionário foram distribuídas em seis eixos temáticos: “Dados Pessoais” com quatro perguntas; “Formação Acadêmica” com duas perguntas; Percepções sobre o Esporte na UFV” com dezesseis perguntas; “Percepções sobre gestão e gestão esportiva na UFV” com dezoito perguntas; e “Informações Gerais” com duas perguntas.

3.3.1 Análise quantitativa

Foram aplicados os questionários entre os praticantes esportivos da UFV em grupos de Whatsapp e e-mail institucional. O questionário estruturado foi desenvolvido a partir de aspectos voltados para a gestão do esporte universitário, de forma que serão incluídas questões relacionadas a participação na gestão de ligas esportivas, práticas esportivas, participação em reuniões com os gestores universitários, percepção sobre transparência pública, percepção sobre alocação de recursos públicos, problemas enfrentados na gestão do esporte universitário e percepção sobre a utilização dos espaços físicos para esporte.

Foi realizada uma análise estatística descritiva dos dados objetivos: percentual, médias e desvio-padrão das respostas dos participantes sendo apresentado os resultados em forma de gráficos e tabelas. A estatística descritiva é um conjunto de técnicas que permite, de forma sistemática, organizar, descrever, analisar e interpretar dados oriundos de estudos ou experimentos, realizados em qualquer área do conhecimento (Morettin, 2017). Estas análises serão realizadas utilizando o *software* LibreOffice Calc.

3.3.2 Análise qualitativa

O questionário estruturado teve 7 (sete) questões abertas que objetivaram fazer um levantamento de informações sobre a gestão do esporte universitário da UFV, oferecendo uma maior liberdade para os respondentes.

As perguntas abertas foram utilizadas a fim de apurar possíveis lacunas deixadas pelas perguntas fechadas. Foi utilizada a Análise de Conteúdo para dar embasamento teórico e técnico aos dados da pesquisa. Segundo Bardin (1979, p.42), a análise de conteúdo tem o objetivo de proporcionar respostas aos problemas, através de indicadores (quantitativos ou não) que permitam sistematizar, com base em informações ou um raciocínio específico, as mensagens advindas de uma pesquisa científica.

Bauer e Gaskel (2000) afirmam que para além de uma análise estatística, a análise de conteúdo é utilizada para entender a qualidade do texto estudado. Nesse sentido, é possível fazer inferências sobre o contexto em que o texto está inserido. Neste projeto existem dois tipos de textos que podem ser analisados por este método: questionários e dados secundários.

O *software* Iramuteq foi utilizado para interpretar as questões abertas, pois ele permite fazer análises estatísticas sobre texto e/ou tabelas textuais. Os dados foram tratados seguindo a ordem planejada anteriormente, pois visa organizar melhor os dados e traçar formas mais eficientes de análise. Primeiramente foram feitas as transcrições das respostas abertas em documentos de Libre Office Writer, depois foi utilizada a Análise de Conteúdo pelo *software* Iramuteq. Os dados foram analisados sintaticamente (palavras repetidas, ordem, vocabulário) e semanticamente (sentido: Inferências de contexto, avaliações).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão abordados os resultados e discussões, uma análise feita a partir dos questionários distribuídos, assim como supracitado nos procedimentos metodológicos, utilizando a revisão de literatura para dar embasamento teórico para as discussões.

Neste sentido, cabe apresentar sucintamente os dados pessoais, que fizeram parte da primeira parte dos questionários. O quadro 1 abaixo fornece conteúdo para a respeito dos dados pessoais dos participantes.

Quadro 1 Dados Pessoais

Número de Respondentes	82
Estudantes	81
Técnico Administrativo	1
Diretores de Associações Atléticas	33
Praticantes Esportivos	72
Idade (Média em anos)	23,52
Sexo	41 homens e 41 mulheres

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

4.1 ATIVIDADES E PROJETOS ESPORTIVOS NA UFV

Para responder ao quarto objetivo proposto, foram levantadas as atividades esportivas praticadas na UFV e os projetos esportivos desenvolvidos pela Instituição. Além dos questionários, foram consultados os dados do Portal de Transparência, da Controladoria Geral da União e o Plano de Desenvolvimento Institucional (UFV, 2018).

Dos 72 respondentes que praticam esportes, 83,3% realizam atividades esportivas não competitivas e 84,7% realizam atividades esportivas competitivas. Os valores apresentados mostram que a maioria dos praticantes esportivos da UFV que participam de atividades não competitivas, também participam de atividades competitivas. Desta forma, é possível perceber que as atividades competitivas e não competitivas não são excludentes. Starepravo et al. (2010), Moreira, Garcia e Lobato (2020), Malagutti et al. (2020) corroboram desta afirmativa. Segundo os mesmos autores, a qualidade de vida e o bem-estar social são as principais características buscadas pelos praticantes esportivos, não havendo uma diferenciação para eles entre atividades não-competitivas e competitivas.

Entretanto, para elucidar, entre as atividades competitivas abordadas nas respostas dos questionários, se destacaram entre as respostas a COPA LUVE, promovida pela Associação Atlética Acadêmica/LUVE e o Interatléticas, competição promovida pela Liga Universitária das Atléticas. A Copa Luve é uma competição de futsal, masculina e feminina, e a participação fica condicionada à matrícula em algum curso da UFV. Na modalidade masculino, a competição é dividida entre os cursos de cada centro da UFV, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Agrárias e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, para estudantes devidamente matriculados em cursos da UFV, com premiação de R\$300,00 para o campeão (LUVE, 2020). Após, os 4 melhores times de cada centro se classificam para a fase final, formando mais uma competição de 16 times, onde os clubes dos quatro centros se enfrentam entre si. Na modalidade feminino, em virtude de um menor engajamento, as inscrições são condicionadas

à estudantes com vínculo estudantil com a UFV, sem o fator limitante “centros” (LUVE, 2020).

Já a competição “Interatléticas” é a competição das AAA’s, para as modalidades Futsal, Basquete, Handebol, Vôlei, Tênis de Mesa, Peteca e Xadrez. Para os naipes masculino e feminino. A competição é concentrada no Ginásio Poliesportivo da UFV, localizado no Departamento de Educação Física (LUVE, 2020).

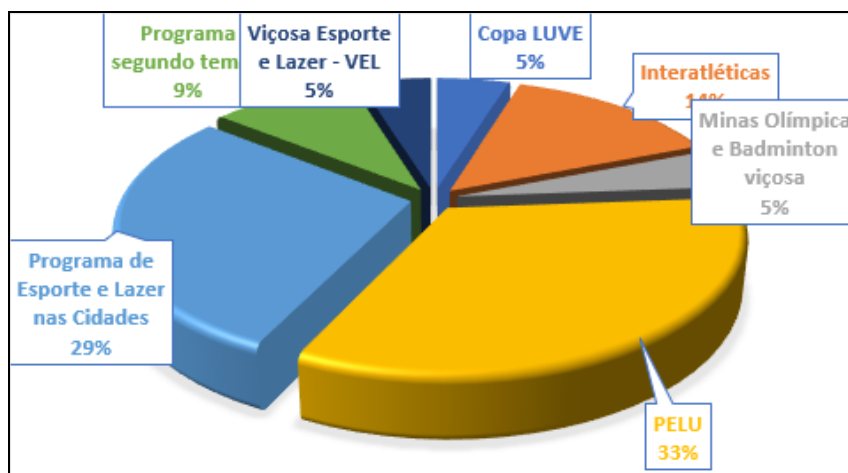
Vale ressaltar que segundo Starepravo et al. (2010), Barbosa (2017) e Malagutti et al. (2020), o Estado financiador, ao avaliar questões relacionadas ao esporte universitário, voltava suas atenções ao modelo competitivo desde a criação da CBDU, na década de 40. Assim, é de suma importância saber se os praticantes esportivos, no caso da UFV, participam da LUVE, que é a Associação Atlética representativa da UFV em competições externas (LUVE, 2020)

Percebeu-se então que 55,6 % dos praticantes esportivos respondentes já participaram de competições pela LUVE. Entretanto, descobrir o quanto esses atletas foram financiados traz mais informação para discussões sobre a gestão do esporte na UFV. Estatisticamente, 61,1% dos respondentes afirmaram que não receberam auxílio financeiro, 11,1% já receberam qualquer tipo de auxílio, enquanto 27,8% consideram que esta questão não se aplica ao estudo, pois o financiamento estudantil não é o fator preponderante para a participação em atividades esportivas.

Ao analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (UFV, 2018) sobre financiamento estudantil para esporte, foi possível perceber que a UFV utiliza de forma comumente o financiamento estudantil a partir de bolsa, mais precisamente bolsas alimentação. A bolsa alimentação é o serviço de gratuidade das refeições servidas nos Restaurantes Universitários a estudantes regularmente matriculados em curso de graduação. Atletas da LUVE recebem este subsídio por causa do esporte. Esta bolsa é chamada de “Bolsa LUVE” segundo o PDI (UFV, 2018; UFVc, 2021). As respostas abertas também forneceram informações acerca de bolsa por projetos esportivos na UFV. Entretanto, somente 29,2% dos respondentes afirmaram ter participado de projetos esportivos na UFV.

Comparativamente, foi perguntado quais são os projetos esportivos presentes na UFV que os respondentes, praticantes esportivos, já participaram. O gráfico abaixo busca expor as respostas que apareceram entre os participantes da pesquisa.

Figura 2 Projetos UFV



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os projetos que mais apareceram foram o Programa de Esporte e Lazer nas Cidades – PELC e o PELU. Os dois programas possuem diretrizes parecidas. Entretanto, o PELU tem uma característica maior de esporte de participação e o PELC, além da particularidade de ser um projeto de extensão, tem um misto de esporte de participação e esporte educacional.

Sobre as atividades esportivas, as que mais apareceram são as modalidades fixas da CBDU: futebol (45,8%), vôlei (29,2%), handebol (31,9%) e basquete (23,6%). A opção “outra”, com 30 respostas, possui maciçamente respostas em Futsal e Natação. Algo que se pode perceber, é que o número de modalidades respondidas é bem maior que o total de respondentes e isso acontece pois os atletas praticam várias modalidades. Algumas respostas na pergunta aberta sobre “dificuldades enfrentadas para manter a atlética” podem explicar este fato: Primeiro, as atléticas possuem dificuldade no marketing para “Adesão de Atletas” e segundo, existe uma dificuldade de adequação dos horários dos treinos sem prejudicar horários de aula.

Na UFV existem cursos matutinos, vespertinos e noturnos (UFVc, 2021). Esta variável encaixa nos relatos de alguns respondentes, quando dizem que os horários disponibilizados para a prática do esporte na UFV em muitos casos não condizem com as obrigações estudantis. Portanto, cabe avaliar a viabilidade do espaço físico da UFV, para atender à todas as demandas da comunidade acadêmica e este é o assunto discutido no próximo tópico.

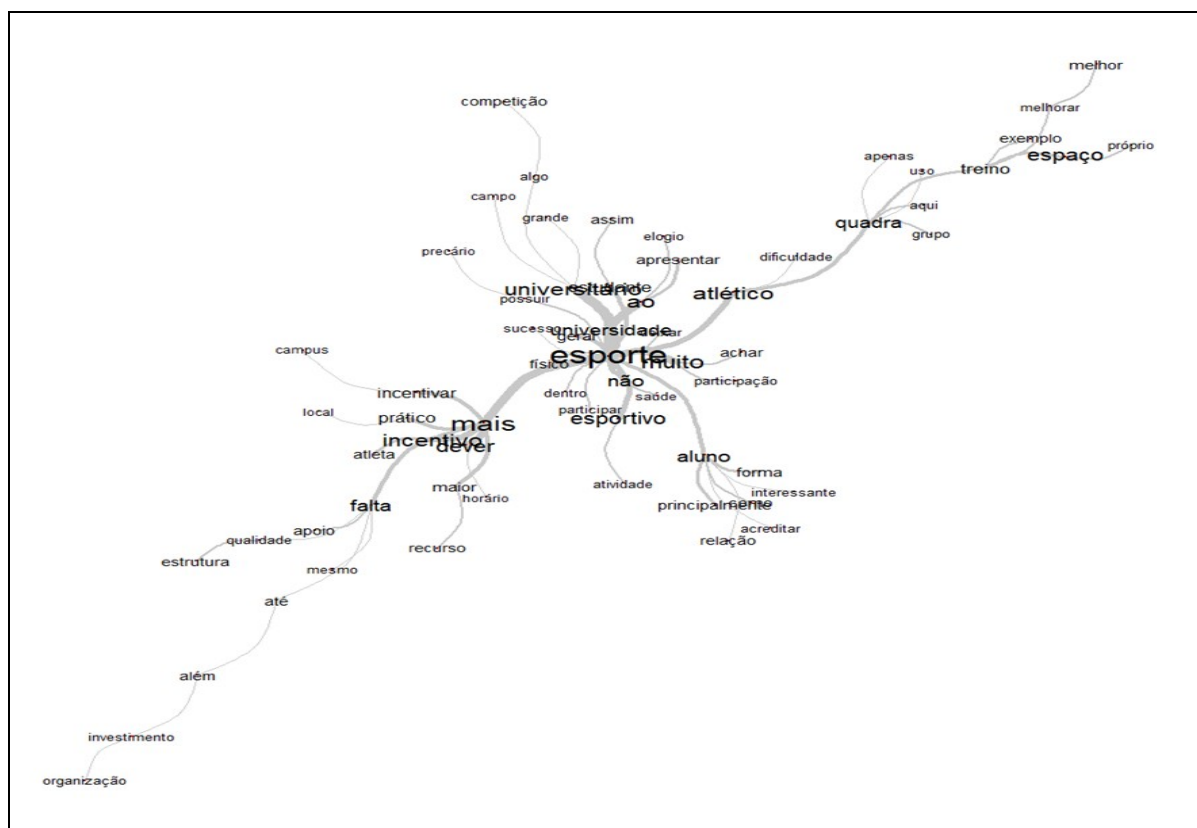
4.2 VIABILIDADE DO ESPAÇO FÍSICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Segundo Starepravo et al. (2010), mesmo após a criação de leis que visavam desenvolver o esporte universitário, os investimentos em muitos casos não supriram a

precariedade de outrora relacionada à restrição de espaço físico para práticas esportivas. Neste sentido, cabe entender sobre a viabilidade das instalações esportivas presentes na UFV.

A figura 3 abaixo, representa uma árvore de similitude, feita estatisticamente a partir da reincidência de palavras nas questões abertas. O objetivo desta árvore é mostrar o cruzamento de informações entre as duas questões, que estão associadas à percepção dos respondentes sobre a gestão do esporte universitário de maneira geral e a gestão do esporte na UFV. Percebeu-se a partir da árvore, a repetição massiva dos substantivos esporte, esportivo, atlético e de alguns advérbios. Essas palavras fazem parte de um contexto pautado por outras que também apareceram em larga escala como falta, estrutura, incentivo, apoio, participação, investimento.

Figura 3 Percepção dos respondentes sobre o espaço físico



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Software Iramuteq (2023).

Entende-se, portanto, a partir da ramificação “falta”, que existe uma deficiência na estrutura física para a prática do esporte universitário, que coincide com a falta de investimento, de apoio e de recurso. Em consonância, sobre a percepção dos respondentes sobre o espaço físico na UFV, 54,2% consideram o espaço disponibilizado pela instituição Regular, Ruim ou Muito Ruim, contra 41,7% considerando Bom ou Muito bom, 4,2% não

foram capazes de opinar. Contudo, a partir das respostas abertas, foi possível perceber que a UFV dispõe de bons espaços para a prática esportiva, mas nem todos os praticantes possuem acesso a esses espaços.

Um dos respondentes relatou sobre a dificuldade em conseguir recursos financeiros e aumentar a utilização dos espaços da Universidade para os treinos da atlética:

Enfrentamos muita dificuldade para conseguir acesso aos espaços da UFV e quando conseguimos temos poucos horários, pois precisamos dividir os poucos espaços disponibilizados com as outras 8 atléticas. Além disso nem todos os espaços da UFV são disponibilizados para uso das atléticas, dessa forma fica ainda mais difícil realizar os treinos. Considero ainda que a prática esportiva organizada pelas atléticas é fundamental para os alunos manterem uma boa saúde física e mental, mas as atléticas têm extrema dificuldade para conseguir proporcionar as práticas de forma regular.

Esta passagem é de um dos respondentes que considera o espaço físico da UFV como “Regular”. Analisando este dado, percebe-se que na visão dos praticantes esportivos, a UFV tem possibilidades de fornecer acesso aos espaços físicos para o esporte. Entretanto, existe uma dificuldade de utilizar os espaços.

Segundo Barbosa (2017), que analisou a estrutura física da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mesmo com apenas 10 instalações esportivas os praticantes esportivos consideram adequadas as instalações esportivas. A UFV, a partir do PDI, relata que existem 13 instalações esportivas disponíveis para a prática esportiva, sendo ela competitiva ou recreativa. Entretanto, este mesmo autor complementa dizendo que não adianta somente entender sobre o espaço físico disponibilizado na percepção dos praticantes, é interessante perceber se de fato o acesso a esses espaços acontece de forma natural, ou seja, todas as manifestações esportivas acontecem sem restrição de espaço físico (BARBOSA, 2017). A partir disto, o autor percebeu que as instalações esportivas são em ampla maioria destinadas para as atividades curriculares dos cursos de Educação Física e que, na maioria dos casos, os alunos de outros cursos não conseguem praticar atividades esportivas quando sentem necessidade, algo que se repete na Universidade Federal de Viçosa.

Este mesmo autor afirma ainda que Instituições de Ensino Superior possuem vários problemas em conciliar os horários das práticas esportivas de projetos, competições e treinamentos, com as atividades curriculares do curso de Educação Física. Este problema é agravado pela distribuição dos praticantes esportivos entre os cursos, tendo cada curso sua particularidade de horário (BARBOSA, 2017).

De fato, o PDI da UFV também afirma que o maior fornecedor do Espaço Físico na UFV é o Departamento de Educação Física. Comparativamente, como já abordado, os respondentes estão distribuídos em 13 cursos distintos, sendo eles diurnos ou noturnos, com a maioria dos respondentes pertencendo ao curso de Administração (noturno) (UFVc, 2021). Isso implica em problemas como conflito de horários e espaços, exigindo dos estudantes horários alternativos de treino e prática de recreação.

A partir do questionário, encontrou-se, em média, a incidência de utilização dos espaços disponibilizados para esporte na UFV. A ampla maioria utiliza entre 2 a 4 vezes os espaços da UFV. Para um total de 60 respostas, se cada estudante utilizar o *Campus* 2 vezes na semana para prática esportiva, são aproximadamente 120 presenças, podendo ser simultâneas ou não.

Foi possível identificar, a partir de análise documental, que a UFV, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (UFV, 2018), de 2020-2023, reconheceu que teve uma ampliação da infraestrutura para promoção e incentivo da prática de atividades físicas, de esporte e de lazer nos *campi* UFV-Viçosa e UFV-Florestal em 60%, porcentagem relacionada ao planejamento estratégico da gestão de 2012-2017.

A maior parte do investimento em infraestrutura partiu da construção do PVE, Pavilhão de Esportes, localizado no Departamento de Educação Física, que contém um conjunto de quadras esportivas, sendo 1 de handebol e futsal, 2 de basquetebol, 3 de voleibol, 4 de badminton, 2 de peteca e uma de golbol. A estrutura conta ainda com um bloco de vestiários, almoxarifado e cantina.

Neste sentido, foi possível perceber que existe uma incompatibilidade de informação entre o sentido da palavra “financiamento” e a disponibilidade de “recurso financeiro”. Entende-se, pelos dados apresentados e pelos dados de análise documental, que o fornecimento de espaço físico pela UFV constitui uma modalidade de financiamento ao esporte universitário.

Ainda, Malagutti et al. (2020) afirma que é importante ressaltar que existe uma relação de proximidade entre as IES e as Associações Atléticas Acadêmicas, principalmente pelo empréstimo de espaços esportivos para realização de treinos e eventos pontuais das organizações estudantis. Neste sentido, a figura 4 demonstra a repetição de palavras no depoimento de 33 respondentes, que já fizeram parte da Diretoria de alguma atlética da UFV.

Figura 4 Problemas na gestão das atléticas



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do Software Iramuteq (2021)

Entretanto, percebe-se que a palavra “estrutura” aparece nas respostas dos Diretores das Atléticas, quando abordados sobre os problemas enfrentados para gerir as AAA’s. Mesmo em perguntas distintas, novamente o tema é abordado. Um dos respondentes complementou dizendo que “nem todos os espaços da UFV são disponibilizados para uso das atléticas, dessa forma fica ainda mais difícil realizar os treinos”. Outro respondente informou sobre a necessidade de buscar na cidade de Viçosa-MG, espaços privados para a realização dos treinos e atividades de recreação, um dos exemplos citados anteriormente é a ASAV – Associação dos Servidores Administrativos da UFV.

4.2 PERCEPÇÕES SOBRE GESTÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO E GESTÃO DO ESPORTE NA UFV

Neste tópico encontra-se questões relacionadas ao eixo central deste trabalho. Foram reunidas informações sobre a percepção dos praticantes esportivos da UFV, visando dar conteúdo para discussões acerca do esporte universitário, como este deve ser conduzido e quais são os anseios da comunidade acadêmica.

Primeiramente, para compreender qual a percepção dos praticantes esportivos sobre a gestão do esporte na UFV, é de suma importância entender sobre a participação dos respondentes no esporte da UFV. Essa avaliação parte da ideia de Arantes et al. (2010), quando dizem que o controle e a participação se valem de características parecidas para manter a qualidade, que perpassam pela informação e debate entre os cidadãos.

No contexto do esporte universitário da UFV, foi possível detectar a percepção dos praticantes esportivos sobre a necessidade de fóruns de discussão para se discutir o esporte. A

ideia de controle e participação, como dito por Arantes et al. (2010), trará benefícios para o desenvolvimento da temática envolvida. Para isto, numa escala de 1 à 5, os praticantes esportivos responderam o quanto consideram necessário promover fóruns de discussão sobre esporte universitário para aproximar a comunidade acadêmica dos gestores universitários, sendo 1 pouco necessário e 5 muito necessário.

Dos 72 praticantes esportivos respondentes, uma ampla maioria (73,6%) acredita que os fóruns de discussão sobre o esporte são muito necessários para aproximar a comunidade acadêmica dos gestores responsáveis pela temática na UFV. Entretanto, este resultado mostra um contraponto entre o que os praticantes esportivos dizem e fazem, pois a pesquisa mostrou que os estudantes não buscam informações em documentos institucionais como o PDI, não participam da votação para os representantes discentes em cadeiras colegiadas, mas exigem maiores informações a partir de fóruns de discussão.

Neste sentido, para tentar elucidar um pouco mais sobre a concepção dos praticantes esportivos, buscou-se no questionário trazer uma discussão sobre participação, mesmo sem conceituar, apenas para exemplificar em um contexto. Foram apresentadas quatro questões de múltipla escolha, entre as quais os respondentes precisavam escolher uma: a) A comunidade acadêmica tem papel fundamental na melhoria de políticas voltadas para o desenvolvimento do esporte universitário; b) Os gestores universitários responsáveis pela tomada de decisão no âmbito do esporte universitário, possuem capacitação adequada para tal. Portanto, a comunidade acadêmica não deve se pronunciar sobre essa questão; c) Estou satisfeito com o esporte universitário. Portanto, não há necessidade de mudanças no processo de gestão; d) Os gestores universitários devem conhecer a demanda da comunidade acadêmica com relação ao esporte universitário. Assim como a comunidade deve participar das discussões acerca do desenvolvimento do esporte universitário.

A maioria dos respondentes apontou para uma gestão do esporte de forma conjunta, em que os gestores universitários precisam conhecer a demanda da comunidade acadêmica e esta deve participar das discussões sobre o desenvolvimento do esporte. Barbosa (2017) corrobora com a importância da participação estudantil nas questões relacionadas ao esporte universitário. Em sua pesquisa, ele confirma que incentivar possíveis líderes em entidades estudantis, deve ser prioridade das IES. Entretanto, metade das Instituições estudadas não apoia a criação de Entidades Estudantis.

Na UFV, através do PDI (UFV, 2018, p.148), é possível confirmar o interesse da Instituição em fomentar a política de incentivo para criação de líderes estudantis:

o movimento estudantil, seja no âmbito universitário ou em nível nacional, representado pelas entidades gerais, União Estadual dos Estudantes (UEE) e União Nacional dos Estudantes (UNE), historicamente esteve presente em defesa de melhores condições de vida para a sociedade. Além disso, não raramente favorece o surgimento de lideranças para a política brasileira

Ainda, diferentemente da metade as Instituições estudadas por Barbosa (2017), existe o apoio da UFV na criação de Entidades Estudantis. Na UFV, a organização estudantil possui a participação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e da Associação de Pós-Graduandos (APG). Ambas entidades civis, sem fins lucrativos, que representam graduandos e pós-graduandos respectivamente. Ainda, os cursos de graduação possuem seus próprios Centros ou Diretórios Acadêmicos, os quais, juntamente com o DCE e outras representações, formam o Conselho Estudantil (COE).

Dentre os fatores de participação e controle abordados e após todas as análises de atividades gerenciais das AAA's, do perfil dos gestores, das atividades e projetos esportivos na UFV e sobre o espaço físico para esportes na UFV, é viável entender sobre a percepção dos praticantes esportivos sobre a gestão do esporte na UFV. Para isto, apresenta-se a percepção dos praticantes esportivos sobre a gestão de esporte na UFV: 44,4 % dos respondentes considera a gestão do esporte universitário na UFV regular, 22,2% considera bom e 27,8% considera ruim, 5,6% consideram muito ruim.

Percebe-se, portanto, que na percepção dos praticantes esportivos, existem lacunas na gestão do esporte universitário. Entretanto, viu-se uma inconsistência entre o que os praticantes esportivos consideram como adequado e a efetiva ação destes sobre o desenvolvimento do esporte da UFV.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se que a Universidade Federal de Viçosa possui características para serem discutidas no âmbito do esporte universitário. Estas características perpassam pela forma como é gerido o esporte na UFV, como são aplicados os recursos e como os membros da comunidade acadêmica, praticantes esportivos, participam desse modelo de gestão.

A partir da percepção dos praticantes esportivos, foi possível confirmar que existe na UFV vários tipos de manifestações esportivas, sendo elas competitivas, recreativas ou educacionais. Neste caso, destaca-se a LUVE como organização representativa da UFV em competições oficiais da CBDU, externas, os programas PELC e PELU pelo âmbito recreativo e educacional.

Sobre o espaço físico da UFV para a prática esportiva, os respondentes acreditam que o espaço é bom, com praças disponíveis para diversas modalidades. Entretanto, o acesso é dificultado pela incompatibilidade de horários, existentes pelas demandas de atividades de ensino do curso de Educação Física e pelo número de associações atléticas que necessitam dos horários, existindo ainda a dificuldade de conciliar as obrigações estudantis e os horários de treino.

Esta pesquisa traz luz acerca da percepção dos praticantes esportivos da UFV sobre a gestão do esporte universitário. Em suma, os praticantes esportivos consideram a gestão do esporte na UFV regular, com pontos positivos e negativos. Algumas lacunas foram preenchidas, mas, percebeu-se a falta de conteúdo para subsidiar possíveis discussões entre as partes (gestores públicos, gestores das AAA's e praticantes esportivos).

Portanto, cabe ressaltar que uma continuação desta pesquisa trará maiores benefícios para o esporte universitário da UFV, buscando sempre o desenvolvimento deste enquanto parte da gestão pública. Para isto, outras pesquisas podem seguir a linha de entrevistas com os gestores das AAA's, com os gestores públicos e com praticantes esportivos selecionados por este banco de dados, visando aprofundar sobre temas como a Governança Participativa, a Alocação de Recursos para a temática do esporte universitário, políticas públicas em esporte na UFV e desempenho voltado para a gestão do esporte universitário.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Cláudio Gomes. **A gestão pública do esporte universitário brasileiro: a bola não deve entrar por acaso**. 97f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias). Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Qualitative researching with text, image, and sound**. London: Sage. 2008

BELATO, Ana Kelly de Moraes Silva et al. Análise do programa bolsa atleta universitária na universidade de Brasília de 2011 a 2015. **Motrivivência**, v. 31, n. 57, 2019.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo. **Questões de sociologia**, p. 136-153, 1983.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **DOU**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21/11/2020.

BRASIL. Lei Nº 8.672, de 6 De Julho De 1993. **DOU**. Brasília, DF, 6 de jul. 1993

BRASIL. Lei Nº 9.615, De 24 De Março De 1998. **DOU**. Brasília, DF, 24 mar. 1998

BRASIL. Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001. **DOU**, Brasília, DF, 16 jul. 2001

BRASIL. Decreto Nº 9.235, de 15 de Dezembro de 2017. **DOU**. Brasília, DF. 15 mar. 2017

CBDU. **Institucional**. 2021. Acesso em: 28/02/2021. Disponível em:
<https://www.cbdu.org.br/>

CGU. **Portal da Transparência**. 2018 Acesso em 16/03/2021. Disponível em:
<http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/>

COLAÇO, Carlos P.; FLECK, Leandro A. Estratégias do desporto universitário: um estudo de caso sobre o desporto em universidades portuguesas. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 9, n. 2, p. 68-75, 2009.

DA COSTA, Lamartine Pereira. Atlas do esporte no Brasil: Atlas do esporte, educação física e atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. **Shape Editora e Promoções Ltda.**, 2005.

DA SILVEIRA SANTOS, Alessandra et al. Fatores motivacionais para a prática esportiva em adolescentes do 3º ano do Ensino Médio. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 8, n. 31, p. 313-318, 2016.

DE CAMARGO, Philipe Rocha; MEZZADRI, Fernando Marinho. A organização e configuração do esporte universitário no Brasil (1940-1980). **Motrivivência**, v. 30, n. 53, p. 5268, 2018.

DE SOUSA, Diego Petyk et al. As representações sociais sobre a extinção do ministério do esporte para os usuários do twitter: um estudo netnográfico. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-21, 2019.

GALATTI, Larissa Rafaela et al. Esporte contemporâneo: perspectivas para a compreensão do fenômeno. **Corpoconsciência**, p. 115-127, 2018.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, 2015.

LUVE. **Site Oficial**. 2020. Disponível em: http://www.luve.ufv.br/?page_id=15. Acesso em: 10/01/2021

MALAGUTTI, João Paulo Melleiro, et al. O esporte universitário brasileiro: organizações oficiais e as associações atléticas acadêmicas. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e32985325-e32985325, 2020.

MAZZEI, L. C.; BASTOS, F. C. **Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. 1ª edição, Ícone Editora, São Paulo, 2012.

MAZZEI, Leandro Carlos; JÚNIOR, Ary José Rocco. Um ensaio sobre a Gestão do Esporte: Um momento para a sua afirmação no Brasil. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte**, v. 2, n. 1, p. 96-109, 2017.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Site oficial**. 2021. Disponível em:
<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/>. Acesso em 28/02/2021

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Orientações para Implantação**. 2013. Disponível em:
<http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/diretrizesPELCEdital2013.pdf>.
Acesso em: 15 de março de 2021

MOREIRA, Renato Lopes; GARCIA, Rui Manuel Proença de Campos; LOBATO, Paulo Lanes. O Esporte Universitário na UFOP (2012-2018). **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 10, n. 2, 2020.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, WILTON OLIVEIRA. **Estatística básica**. Saraiva Educação SA, 2017.

MORGAN, Melissa Johnson; SUMMERS, Jane. **Marketing esportivo**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

ORDONHES, Mayara Torres et al. A inserção do esporte no ministério da cidadania: análise das opiniões sobre o “fim” do ministério do esporte. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-16, 2019.

PARANHOS, Ranulfo et al. Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, v. 18, n. 42, 2016.

PEREIRA, Brisa de Assis; SILVA, Luciano Pereira da. Políticas de Esporte e Lazer nas Universidades Federais de Minas Gerais: Um Olhar sobre as Associações Atléticas Acadêmicas. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 4, p. 95-136, 2019.

PIMENTA, Thiago; HONORATO, Tony. Esporte moderno e mediação pedagógica nas aulas de educação física. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 24, n. 4, p. 493-505, 2010.

STAREPRAVO, Fernando Augusto et al. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 3, p. 131148, 2010.

TUBINO, M. J. G. **Uma visão paradigmática das perspectivas do Esporte para o início do século XXI**. In: MOREIRA, W. W. Educação Física & Esporte: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.

UFOP. **Escola de Farmácia**. 2021. Acesso em 13/03/2021. Disponível em:
https://escoladefarmacia.ufop.br/sites/default/files/escoladefarmacia/files/efd301_educacao_fisica_e_desporto_i.pdf?m=1558717527

UFV. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2023**. 2018. Disponível em: <https://www.planejar.ufv.br/wp-content/uploads/2018/06/PDI-UFV-2018-2023-VERSAO-FINAL-SITE.pdf>. Acesso em 22/11/2020

UFVb. **Números Institucionais 2020**. 2020. Disponível em: http://www.ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2020/10/UFV-EM-N%C3%9AMEROS-2020-CURVAS_CORRIGIDO.pdf. Acesso em 30/11/2020

UFVc. **Site oficial**. 2021. Disponível em: <https://www.ufv.br>. Acesso em 12/01/2021

UFVd. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2017**. 2012. Disponível em: https://www.planejar.ufv.br/wp-content/uploads/2015/10/PDI_2012-2017.pdf. Acesso em 14/03/2021.

VANCE, P. et al. **Gestão do Esporte: Casos brasileiros e internacionais**. 1.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010

ZANATTA, Thaís Camargos et al. O perfil do gestor esportivo brasileiro: revisão sistemática da literatura. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 24, n. 1, p. 291-304, 2018.

ZEFERINO, Jaqueline Cardoso et al. **Os caminhos da memória: trajetórias de mulheres no esporte universitário viçosense na década de 1970**. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2010.